



# Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

## Juiz de Direito Substituto

Concurso Público 2013

# Prova Escrita Objetiva

## TIPO 3 – AMARELA

### Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
  - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - esse caderno de prova contendo **100 (cem)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se este caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas, você deve:
  - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
  - marcar na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
  - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar a folha de respostas, será eliminado do concurso.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **07/06/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **10/06/2013** até às 23h59min do dia **11/06/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.



## Direito Civil

### 01

As *pertenças*, de acordo com o Código Civil, são definidas como

- (A) os bens públicos que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- (B) os bens de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- (C) os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- (D) os bens que, embora reunidos, se consideram de *per si*, independentemente dos demais.
- (E) os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.

### 02

João, premido pela necessidade de conseguir dinheiro para purgar a mora referente a alugueis e encargos da casa em que reside e evitar o despejo, vendeu uma joia de família a Ricardo, por R\$5.000,00, embora o seu preço de mercado seja de aproximadamente R\$50.000,00.

Posteriormente, não conseguindo desfazer amigavelmente o negócio realizado, propõe ação para anular a venda da joia.

De acordo com as informações apresentadas, assinale a alternativa que indica, em tese, o defeito do negócio jurídico.

- (A) Lesão.
- (B) Dolo.
- (C) Coação.
- (D) Estado de perigo.
- (E) Erro.

### 03

No direito brasileiro em vigor, incluem-se entre os herdeiros necessários

- (A) somente os descendentes e o cônjuge.
- (B) somente os descendentes e os colaterais.
- (C) somente os descendentes e os ascendentes.
- (D) os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
- (E) os descendentes, o cônjuge e os colaterais.

### 04

O fenômeno da *repristinação* consiste

- (A) na revogação parcial de uma lei.
- (B) na restauração da vigência de uma lei revogada, por ter a lei revogadora perdido a vigência, e somente ocorre em virtude de disposição expressa que a preveja.
- (C) na restauração da vigência de uma lei revogada, por ter a lei revogadora perdido a vigência, e ocorre independentemente de disposição expressa que a preveja.
- (D) na extinção da obrigatoriedade de lei temporária.
- (E) na revogação de uma lei por outra que regule inteiramente a matéria de que tratava a anterior.

### 05

Com relação aos *contratos de locação*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se, sem consentimento seu, o credor conceder moratória ao devedor.
- II. O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se, por fato do credor, for impossível a sub-rogação nos seus direitos e preferências.
- III. O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se o credor, em pagamento da dívida, aceitar amigavelmente do devedor objeto diverso do que este era obrigado a lhe dar, ainda que depois venha a perdê-lo por evicção.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 06

Em relação a *negócios jurídicos* realizados na vigência do Código Civil de 2002, assinale a afirmativa correta.

- (A) É anulável o negócio jurídico simulado.
- (B) É nulo o negócio jurídico realizado por menor relativamente incapaz.
- (C) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendente e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (D) É nulo o negócio jurídico realizado em estado de perigo.
- (E) É inadmissível, no direito brasileiro, a conversão de negócios jurídicos nulos.

### 07

Assinale a alternativa que apresenta um *prazo de natureza prescricional*.

- (A) Prazo para propor ação de ressarcimento de dano moral decorrente de ato ilícito
- (B) Prazo para propor ação renovatória de locação de imóvel urbano destinado ao comércio.
- (C) Prazo para propor ação de deserdação de herdeiro necessário
- (D) Prazo para propor ação anulatória de negócio jurídico realizado por representante em conflito de interesses com o representado.
- (E) Prazo para propor ação de preferência, por parte do condômino preterido na venda a terceiro de quinhão da coisa comum indivisível.

### 08

Acerca dos *alimentos*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A obrigação de prestar alimentos fixada em acordo homologado judicialmente é intransmissível por morte do alimentante.
- (B) O direito a alimentos é irrenunciável, intransmissível por ato entre vivos e impenhorável, mas pode ser objeto de compensação com dívida líquida do alimentante.
- (C) Na ausência de ascendentes e descendentes, estarão obrigados a prestar alimentos os colaterais até o terceiro grau.
- (D) A obrigação alimentar entre parentes que se encontrem no mesmo grau de parentesco, é solidária.
- (E) O cônjuge declarado culpado em ação de separação judicial, se vier a necessitar de alimentos e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, pode exigir alimentos do outros cônjuge.

**09**

Em relação ao *possuidor de má-fé*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ele responde por todos os frutos colhidos e percebidos, responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que acidentais e não pode levantar as benfeitorias voluptuárias.
- (B) Ele não responde pelos frutos colhidos e percebidos, responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que acidentais e não pode levantar as benfeitorias voluptuárias.
- (C) Ele responde por todos os frutos colhidos e percebidos, responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que acidentais e pode levantar as benfeitorias voluptuárias.
- (D) Ele responde por todos os frutos colhidos e percebidos, não responde pela perda ou deterioração da coisa, se acidentais e não pode levantar as benfeitorias voluptuárias.
- (E) Ele responde por todos os frutos colhidos e percebidos, não responde pela perda ou deterioração da coisa, se acidentais e pode levantar as benfeitorias voluptuárias.

**10**

No que se refere à *locação predial urbana*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O locatário tem a obrigação de pagar os impostos e as taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, assim como as despesas de telefone, luz, gás, água e esgoto.
- (B) O locatário pode devolver o imóvel alugado, durante o prazo estipulado para a duração do contrato, pagando o valor dos alugueis correspondentes ao período que falta para o término do contrato.
- (C) Em caso de óbito do locatário, ficarão sub-rogados nos seus direitos e obrigações, nas locações residenciais, o cônjuge sobrevivente ou o companheiro e, sucessivamente, os descendentes, ascendentes e os colaterais até o terceiro grau.
- (D) As benfeitorias necessárias e úteis introduzidas pelo locatário, salvo expressa disposição contratual em contrário, ainda que não autorizadas pelo locador, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção.
- (E) O locador, em locação por temporada, poderá receber de uma só vez e antecipadamente os aluguéis e encargos.

**11**

A respeito do *casamento de menor de dezesseis anos*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É um ato anulável, por ação ajuizável exclusivamente por seus representantes legais.
- (B) É um ato anulável, por ação ajuizável pelo menor, por seus representantes legais ou por seus ascendentes.
- (C) É um ato nulo, podendo a ação ser ajuizada pelo Ministério Público, pelo menor ou pelos representantes legais deste.
- (D) É um ato ineficaz, podendo ser reconhecido como tal em ação declaratória.
- (E) É um ato inexistente, podendo ser reconhecido como tal em ação declaratória.

**12**

Acerca dos *direitos reais*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito de superfície é intransferível e, no caso de morte do superficiário, retorna ao concedente.
- (B) O exercício incontestado e contínuo, com justo título e boa-fé, de uma servidão aparente, por cinco anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis.
- (C) O usufruto em favor de pessoa jurídica extingui-se após o decurso do prazo máximo de trinta anos da data em que se começou a exercer.
- (D) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a vinte e cinco hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (E) Se o direito real de habitação for conferido a mais de uma pessoa, qualquer delas que sozinha habite a casa terá de pagar aluguel à outra, deduzida a parte que cabe ao ocupante.

## Direito Processual Civil

**13**

O Ministério Público ajuizou ação para destituição de poder familiar em face de genitor indígena, narrando fatos que, em tese, justificam tal medida, de acordo com a legislação vigente.

Ao examinar a admissibilidade dessa petição inicial o Juiz deverá considerar que

- (A) a competência é da Justiça Federal e, por isso, extinguir o processo sem resolução do mérito.
- (B) o Ministério Público é parte ilegítima, por se tratar de direito indígena e haver outros parentes legitimados.
- (C) é necessária a nomeação de outro membro do Ministério Público para funcionar como curador especial em virtude da incapacidade da parte.
- (D) a competência é da Justiça Estadual, mas a atribuição é do Ministério Público Federal, por expressa disposição constitucional.
- (E) a competência é da Justiça Estadual e, se for o caso, nomear curador especial, preferencialmente da Defensoria Pública.

**14**

Sobre os *poderes*, os *deveres* e as *responsabilidades* do Juiz, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os poderes instrutórios do Juiz limitam-se às causas que envolvem direitos indisponíveis e devem ser exercidos até o saneamento.
- (B) O Juiz, durante a condução do processo, deve tentar conciliar as partes até a estabilização da demanda.
- (C) O Juiz responderá civilmente se atuar no exercício de suas funções com dolo ou negligência.
- (D) Quando dois juízes forem parentes em linha reta, o primeiro que conhecer da causa no Tribunal, impede que o outro participe do julgamento.
- (E) O Juiz, se interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes, está impedido de exercer suas funções no processo contencioso.

**15**

Sobre a *competência jurisdicional*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício pelo Juiz nem suscitada pelo Ministério Público.
- (B) A incompetência relativa pode ensejar a extinção do processo sem resolução do mérito ou pode ter efeito meramente dilatatório.
- (C) A competência absoluta em processo individual é improrrogável, salvo se houver conexão, quando incidirá a prevenção.
- (D) A competência para julgar mandado de segurança contra ato de Juizado Especial é do respectivo Tribunal de Justiça.
- (E) A competência para julgar ações conexas de interesse de criança é, em princípio, o foro do domicílio do réu.

**16**

Em relação às denominadas *condições da ação*, é correto afirmar que

- (A) confundem-se com as questões de mérito, mas podem ser apreciadas no despacho saneador.
- (B) são prejudiciais às questões de mérito e desafiam recursos de agravo.
- (C) são formulações doutrinárias que, embora não previstas em lei, servem para orientar o Juiz.
- (D) podem ensejar a extinção do processo com ou sem resolução do mérito.
- (E) se não alegadas na contestação, o Juiz poderá conhecê-las, mas o réu arcará em dobro com as custas de retardamento.

**17**

Em relação às *partes* e aos *procuradores*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prática de atos postulatorios no processo pressupõe inscrição válida perante a Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) O cônjuge casado sob regime de separação absoluta de bens necessita do consentimento do outro para a propositura de ações em que haja comosse.
- (C) Em causas que versem sobre direito real imobiliário de pessoas casadas, há litisconsórcio necessário em ambos os polos do processo.
- (D) Em casos de revelia, a nomeação de curador especial pode ser de ofício, recaindo o encargo preferencialmente no Ministério Público.
- (E) Todo aquele que possui personalidade jurídica tem capacidade de ser parte, mas nem toda capacidade de ser parte decorre da personalidade jurídica.

**18**

Em processo visando à declaração de paternidade, designou-se audiência de instrução e julgamento para colheita de prova oral e decisão.

Com base nesses elementos e, com o que dispõe a legislação em vigor sobre o *procedimento probatório*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É incabível o depoimento pessoal do réu, já que não é possível a confissão quando em litígio direito indisponível.
- (B) Se o Juiz entender conveniente para o julgamento da causa, poderá, no momento da prolação oral da sentença, considerar invertido o ônus da prova, por meio da teoria da carga dinâmica.
- (C) Com o laudo pericial de exame genético já constando dos autos, o Juiz pode dispensar a produção de provas orais, ante a proeminência daquela prova científica.
- (D) O Juiz deve suspender a instrução, caso esteja pendente o resultado da prova pericial, até que se complete o exame genético e se anexe o laudo aos autos.
- (E) O Juiz, no exercício de seus poderes instrutórios, pode designar outra audiência para oitiva de testemunhas referidas nos depoimentos colhidos e reinquirir alguma já ouvida.

**19**

Quanto à *teoria geral dos recursos* e as *espécies recursais*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O efeito expansivo subjetivo (ou dimensão subjetiva do efeito evolutivo) ocorre quando a decisão de um recurso atingir uma parte que não figurou na relação recursal.
- (B) O princípio da complementariedade excepciona a preclusão consumativa, em caso de provimento de embargos de declaração que gerem nova sucumbência, autorizando-se o aditamento às razões.
- (C) O Tribunal pode, em recurso impugnando sentença terminativa, julgar diretamente o mérito, de ofício, se as razões fundarem-se em *error in procedendo* e matéria fática, vedada a *reformatio in pejus*.
- (D) O agravo retido independe de preparo e deverá ser expressamente reiterada sua apreciação pelo Tribunal, nas razões ou contrarrazões de apelação.
- (E) O Juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

**20**

Com relação aos *embargos do devedor*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quando houver mais de um executado, conta-se o prazo para cada um deles embargar a partir da juntada do respectivo mandado citatório, salvo tratando-se de cônjuges.
- (B) O Juiz rejeitará liminarmente os embargos que se revelarem protelatórios no decorrer da instrução.
- (C) O executado, mediante penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.
- (D) Os embargos do executado terão efeitos suspensivos, de ofício, se verossímeis as alegações.
- (E) No caso de embargos manifestamente protelatórios, o Juiz imporá, em favor da Fazenda, multa ao embargante de até 20% (vinte por cento) do valor em execução.

**21**

Sobre a *petição inicial*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Juiz, identificando causa para o indeferimento da petição inicial, deve determinar sua emenda, sem indicar a irregularidade, para preservar sua imparcialidade.
- (B) O indeferimento da petição inicial é providência que enseja juízo de retratação, se interposto o recurso de apelação.
- (C) A cumulação sucessiva de pedidos, que ocorre quando há precedência lógica entre eles, é possível.
- (D) A cumulação eventual de pedidos, que ocorre quando há uma preferência por um deles, é possível.
- (E) Para a validade da cumulação de pedidos, é necessária, se for o caso, a competência absoluta para julgamento de todos eles, mas não se deve rejeitar a inicial se a acumulação for indevida em relação a alguns deles.

**22**

Considerando o *litisconsórcio*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O litisconsórcio unitário é característico das ações condenatórias e exige expressa disposição legal.
- (B) O litisconsórcio necessário superveniente pode ser simples ou unitário.
- (C) A legitimidade extraordinária concorrente é compatível com o litisconsórcio necessário.
- (D) O litisconsórcio ativo pode ser facultativo, mas não unitário.
- (E) O litisconsórcio alternativo e o eventual podem ser unitários, mas não facultativos.

**23**

Acerca da *assistência simples* e da *litisconsorcial*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A assistência simples é a forma de intervenção de terceiros que se justifica pela presença do interesse jurídico.
- (B) A assistência litisconsorcial é compatível com o litisconsórcio facultativo ou necessário.
- (C) A impugnação da assistência não suspende o andamento do processo.
- (D) A assistência não obsta a que a parte principal transija sobre direitos controvertidos.
- (E) A atuação do assistente, sendo revel o assistido, pode impedir os efeitos da revelia.

**24**

Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre as *figuras de intervenção de terceiros*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A denunciação da lide de outros fiadores é admissível quando, para a ação, for citado apenas um deles.
- (B) Por meio da oposição, busca-se obter a coisa ou o direito que está sendo disputado em processo pendente.
- (C) O chamamento ao processo pode ensejar a formação e litisconsórcio ulterior, passivo, facultativo e unitário.
- (D) A aceitação expressa da nomeação à autoria acarreta o fenômeno da extromissão da parte ré originária.
- (E) A denunciação da lide feita pelo réu prescinde de oferecimento formal de contestação.

**Direito do Consumidor****25**

*Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.*

A partir do fragmento acima, analise as afirmativas a seguir.

- I. O consumidor pode solicitar, exclusivamente, o abatimento proporcional do preço.
- II. O consumidor pode solicitar o abatimento proporcional do preço ou, alternativamente, a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios.
- III. O consumidor pode solicitar a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**26**

Nas relações de consumo, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em

- (A) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (B) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (C) cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (D) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (E) sete dias, tratando-se de fornecimento de serviço e produtos não duráveis.

**27**

Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) A coletividade de pessoas, desde que determinável, que haja intervindo nas relações de consumo, equipara-se a consumidor.
- (B) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, ainda que não remunerada, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- (C) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- (D) O Juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, excetuadas as hipóteses de falência ou estado de insolvência.
- (E) A publicidade discriminatória de qualquer natureza, dentre outras, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança, é abusiva.

**28**

Acerca das *práticas comerciais nas relações de consumo*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O orçamento entregue pelo fornecedor ao consumidor, salvo estipulação em contrário, terá validade pelo prazo de dez dias e, uma vez aprovado pelo consumidor, obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.
- (B) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição até dois anos após cessar a produção ou importação do produto.
- (C) A publicidade de bens e serviços, por telefone, é proibida.
- (D) O fornecedor de produto ou serviço responde objetivamente pelos atos de seus prepostos, mas mediante verificação da culpa pelos atos de seus representantes autônomos.
- (E) O ônus da prova da falsidade ou incorreção da informação ou comunicação publicitária cabe ao consumidor.

**29**

A concessionária de energia elétrica, de forma unilateral, apura a existência de dívidas no imóvel de Antônio, decorrentes de inadimplemento e de suposta fraude no medidor. Em razão disso, efetua o corte no fornecimento. Inconformado, Antônio ingressa com ação de obrigação de fazer visando à retomada do fornecimento, por se tratar de serviço essencial.

No curso da lide, as partes não manifestaram interesse na produção de provas, pugnano pelo seu julgamento antecipado.

Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A concessionária não poderia efetuar o corte em nenhuma hipótese, pois o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial.
- (B) A concessionária poderia efetuar o corte em razão do inadimplemento, desde que respeitado o aviso prévio, mas não poderia fazê-lo com relação à suposta fraude no medidor, apurada de forma unilateral.
- (C) A concessionária não poderia efetuar o corte em razão do inadimplemento, mesmo verificado o aviso prévio, mas poderia fazê-lo com relação à suposta fraude no medidor, que pode ser apurada de forma unilateral, pois o aparelho não pertence ao consumidor, mas à concessionária.
- (D) A concessionária poderia efetuar o corte no fornecimento de energia elétrica em ambos os casos, sem necessidade de aviso prévio, amparada no princípio da força obrigatória dos contratos e no interesse público de combater instalações elétricas fraudulentas.
- (E) Diante dos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, o corte no fornecimento de energia elétrica não pode ser realizado unilateralmente pela concessionária, sendo indispensável o ajuizamento de medida judicial visando essa finalidade.

**30**

Chegando ao *shopping center*, João deixa seu veículo no estacionamento que o estabelecimento disponibiliza para comodidade dos seus clientes, com vigilância terceirizada. Sem nada adquirir, João decide ir embora. Chegando ao estacionamento, descobre que seu veículo foi furtado. Inconformado com o ocorrido, João ingressa com ação judicial imputando responsabilidade civil ao *shopping center*.

Segundo a posição do STJ sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) João não se enquadra no conceito de consumidor, na forma do Art. 2º do CDC, pois não houve aquisição de qualquer produto ou serviço como destinatário final, durante o período em que esteve no *shopping*.
- (B) O *shopping* não pode ser responsabilizado se houver prévia e expressa comunicação ao proprietário do veículo, no comprovante de estacionamento entregue no momento do ingresso, de cláusula de exoneração de responsabilidade por quaisquer danos ao veículo.
- (C) A hipótese aborda responsabilidade subjetiva, que depende da verificação da culpa do estabelecimento, porquanto o *shopping center*, *in casu*, não pode ser enquadrado no conceito de fornecedor de que trata o Art. 3º do CDC, §§ 1º e 2º.
- (D) Embora haja relação de consumo, a responsabilidade civil não pode ser atribuída ao *shopping*, mas sim à empresa de vigilância terceirizada.
- (E) A questão da aquisição de bens ou serviços por João, para efeito da responsabilidade civil, é irrelevante, isso porque o *shopping*, ao oferecer local presumivelmente seguro para estacionamento, assume obrigação de guarda e vigilância, o que o torna civilmente responsável por furto de veículo ali ocorrido.

**31**

Com relação ao Art. 6º da Lei n. 8.078/90, que, em seus incisos, enumera os direitos básicos do consumidor, analise as afirmativas a seguir.

- I. São direitos básicos do consumidor “a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral” e “o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados”.
- II. São direitos básicos do consumidor “a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas” e, ainda, “a facilitação da defesa de seus direitos, sendo obrigatória, em qualquer caso, a inversão do ônus da prova”.
- III. São direitos básicos do consumidor “a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações” e “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**32**

Com relação aos *contratos bancários*, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

- I. As instituições financeiras sujeitam-se à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura.
- II. A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indicam abusividade.
- III. Os juros remuneratórios, nos contratos de mútuo bancário, podem ser superiores à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## Direito da Criança e do Adolescente

**33**

Com relação ao *trabalho do menor*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O adolescente, a partir dos 13 anos, pode trabalhar como aprendiz, desde que preservado o direito à educação e o horário de trabalho seja compatível com a frequência escolar.
- (B) O adolescente aprendiz, a partir dos 16 anos, pode realizar trabalho noturno, desde que o horário não ultrapasse 6h diárias e não seja realizado após as 23h.
- (C) O adolescente poderá trabalhar em local que não permita a frequência à escola, desde que comprovada a existência de curso supletivo local nos finais de semana.
- (D) O adolescente somente poderá exercer trabalho remunerado como aprendiz após os 14 anos, desde que garantido o acesso à escola.
- (E) O adolescente, até completar 16 anos, não poderá realizar trabalho considerado perigoso ou insalubre.

**34**

Em relação à *colocação em família substituta*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A colocação de criança maior de 12 anos em família substituta exige seu consentimento, colhido em audiência.
- (B) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela, curatela ou adoção.
- (C) A colocação de criança indígena em família substituta deve ocorrer obrigatoriamente no seio de sua comunidade, respeitados seus costumes e tradições.
- (D) A colocação em família substituta estrangeira é medida de caráter excepcional e somente será possível nas modalidades de guarda e adoção.
- (E) Na decisão sobre a colocação em família substituta, os grupos de irmãos devem, necessariamente, ser mantidos juntos, de forma a preservar os vínculos fraternais.

**35**

Acerca do procedimento para a *suspensão* ou a *perda do poder familiar*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O procedimento somente pode ser instaurado pelo Ministério Público.
- (B) A competência para seu julgamento é do Conselho Tutelar.
- (C) A averbação da decisão que decretar a perda ou a suspensão do poder familiar, à margem do registro de nascimento da criança ou adolescente, não é necessária.
- (D) A suspensão do poder familiar, em caráter liminar ou incidental, até o julgamento definitivo da causa, se houver motivo grave, é admissível.
- (E) A realização de estudo social e de perícia por equipe interprofissional, vedada a oitiva da criança ou do adolescente, é admissível na instrução do processo.

**36**

Assinale a alternativa que indica medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente pela prática de ato infracional.

- (A) Obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e colocação em família substituta.
- (B) Advertência, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e colocação em família substituta.
- (C) Advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e internação em estabelecimento educacional.
- (D) Liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional e incomunicabilidade.
- (E) Advertência, multa, prestação de serviços à comunidade e incomunicabilidade.

## Registros Públicos

**37**

Com relação ao procedimento de *dúvida*, em matéria de registro de imóveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) Integra a jurisdição voluntária.
- (B) Dispensa o contraditório.
- (C) Dispensa a participação do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei.
- (D) A decisão final que o extingue não transita em julgado.
- (E) A decisão final que o extingue impede o uso do processo contencioso correspondente.

**38**

Acerca dos *serviços notariais e de registro*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O tabelião de notas poderá livremente praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.
- (B) A escolha do tabelião de notas é livre, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- (C) A exigência de concurso público de provas e títulos se aplica ao ingresso na atividade notarial, mas não ao ingresso na atividade de registros públicos.
- (D) Os notários são dotados de fé pública, mas não o são os oficiais de registro de imóveis.
- (E) Os serviços notariais são exercidos, em caráter privado, por delegação do Poder Público e não estão sujeitos à fiscalização pelo Poder Judiciário.



**39**

O *formal de partilha*, extraído de inventário *causa mortis*, é documento que pode ser registrado na matrícula do imóvel inventariado e partilhado.

Nesse caso, é correto afirmar que o registro

- (A) transfere a propriedade do bem ao herdeiro do *de cuius*, apenas no caso de herança legítima.
- (B) transfere a propriedade do bem ao herdeiro do *de cuius*, apenas no caso de herança testamentária.
- (C) transfere a propriedade do bem ao herdeiro do *de cuius*, em qualquer hipótese.
- (D) transfere a posse do bem ao herdeiro do *de cuius*.
- (E) não é modo de aquisição da propriedade, por parte do herdeiro do *de cuius*.

**40**

Para efeito da Lei n. 6.015/73, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os índios, integrados ou não, estão obrigados a inscrição do nascimento.
- (B) Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo que possam distinguir-se.
- (C) No registro civil de pessoas jurídicas serão inscritos os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública, excetuadas, em todos os casos, as religiosas.
- (D) No registro de imóveis não será feita a inscrição do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences.
- (E) No direito brasileiro, vigora a regra da imutabilidade ou definitividade do nome civil, que não admite exceções.

## Direito Penal

**41**

Com o escopo de reduzir o encarceramento, que deve ser deixado para casos especiais, o Código Penal prevê as penas restritivas de direitos.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) As penas restritivas de direitos, de acordo com o Código Penal vigente, são a de prestação pecuniária, a de perda de bens e valores, a de prisão domiciliar, a de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, a de interdição temporária de direitos e a de limitação de fim de semana.
- (B) O réu reincidente não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- (C) O Juiz da sentença, observados os requisitos legais, decidirá sobre eventual substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, não sendo possível a substituição nos crimes hediondos e assemelhados.
- (D) Os crimes praticados em concurso material, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- (E) O Juiz da execução pode de ofício ou a requerimento do Ministério Público, sem a oitiva do apenado, converter a pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, em razão de seu descumprimento injustificado.

**42**

Paulo foi preso com 1 kg de *crack*, sendo denunciado pela prática do injusto do Art. 33 da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Acabou condenado nos termos do pedido vestibular, sendo reconhecida a reincidência, bem como sua semi-imputabilidade. Confessou o fato no curso da instrução, o que foi valorado pelo Juiz na sentença respectiva.

Observado o texto acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A quantidade e a natureza da droga serão consideradas pelo Juiz no calibre da pena base.
- (B) A reincidência deve ser considerada na fase intermediária.
- (C) A semi-imputabilidade autoriza a redução da pena final de 1/6 a 1/3.
- (D) Segundo a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, é possível, em tese, compensar a reincidência com a confissão.
- (E) A pena deve ser aplicada em três etapas distintas, na forma do Art. 68 do Código Penal.

**43**

Com relação ao *regime de cumprimento de pena*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O regime de pena deve ser escolhido pelo Juiz na sentença depois de aplicada a pena final.
- (B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tratando-se de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado, o regime de pena inicial deverá ser necessariamente o fechado;
- (C) O condenado reincidente poderá excepcionalmente iniciar o cumprimento da pena reclusiva em regime semiaberto.
- (D) Independentemente do *quantum* estabelecido, a pena de detenção não poderá inicialmente ser cumprida em regime fechado.
- (E) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

**44**

Com relação ao *instituto da prescrição*, causa de extinção da punibilidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo da prescrição é interrompido com o oferecimento da denúncia ou queixa.
- (B) Segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é possível o reconhecimento da prescrição pela pena hipotética.
- (C) O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e da prescrição executória apaga todos os efeitos secundários do crime.
- (D) As circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal, sejam elas quais forem, não interferem de qualquer forma no prazo prescricional, ao contrário das causas de aumento e de diminuição de pena que devem ser observadas no cálculo respectivo.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

**45**

Com relação à *Medida de Segurança*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Ainda que haja divergência doutrinária, não há como descartar a natureza penal da medida de segurança, que somente pode ser aplicada pelo Juiz após apuradas a autoria e a materialidade do fato típico e ilícito, mesmo que reconhecida a inimputabilidade do agente por laudo próprio logo após o recebimento da denúncia.
- (B) No vigente Código Penal, não é possível à coexistência da pena com a medida de segurança, porquanto adotado o sistema vicariante.
- (C) Ao contrário da pena que se fundamenta na culpabilidade, tendo caráter retributivo e preventivo, a medida de segurança tem fundamento na periculosidade e o caráter unicamente preventivo, somente se aplicando ao inimputável.
- (D) Os princípios gerais de garantia do Direito Penal, como o da legalidade, da jurisdicionalidade, da proporcionalidade e da intervenção mínima, também devem ser observados na medida de segurança.
- (E) O Juiz deve fixar na sentença o prazo mínimo da medida de segurança, que tem por objetivo orientar a realização do primeiro exame periódico para se verificar se o internado continua perigoso, apesar de ser possível ao Juiz da execução, a qualquer tempo e de forma fundamentada, determinar a realização do exame de cessação da periculosidade, inclusive antes daquele prazo.

**46**

A Lei n. 8.072/90 dispõe sobre os crimes hediondos, enquanto a Constituição Federal indica outros assemelhados, orientando o legislador a dar tratamento mais rigoroso a estas infrações. Atento à jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, as alternativas a seguir apresentam crimes que ostentam essa natureza, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Estupro de vulnerável e tráfico de entorpecentes.
- (B) Tráfico de entorpecente e extorsão mediante sequestro.
- (C) Tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico.
- (D) Latrocínio e tortura.
- (E) Homicídio qualificado e tortura.

**47**

Dispõe o Código Penal que *as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, evoluindo o apenado no curso da execução da pena do regime mais gravoso para o menos gravoso, até obter a liberdade plena*.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pode o Juiz requisitar excepcionalmente o exame criminológico antes de decidir o pedido de progressão de regime, desde que o faça de forma fundamentada, como, por exemplo, em razão da gravidade em abstrato do delito e do tempo restante da pena.
- II. O apenado não pode progredir diretamente do regime fechado para o aberto.
- III. A prática de falta grave pelo apenado, devidamente apurada em procedimento disciplinar próprio em que foi garantida a ampla defesa, autoriza a regressão do regime para outro mais gravoso.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**48**

A doutrina costuma classificar os crimes de acordo com suas características, gravidade, *modus operandi*, resultado, etc.

Diante desta classificação doutrinária, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os agentes, no crime plurissubjetivo de condutas contrapostas, atuam uns contra os outros, como ocorre, por exemplo, no delito de rixa.
- (B) O crime complexo é formado pela reunião de dois ou mais crimes.
- (C) O crime pluriofensivo é aquele que ofende mais de um bem jurídico.
- (D) Os crimes transeuntes são aqueles que deixam vestígios.
- (E) O crime vago é aquele em que não há sujeito passivo determinado.

## Direito Processual Penal

**49**

A Lei n. 12.403/11 promoveu alterações no tratamento da prisão e demais medidas cautelares.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Juiz, de ofício, poderá decretar a prisão preventiva a qualquer momento.
- (B) É possível a internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser o acusado inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração.
- (C) A pronúncia é causa automática de decretação da prisão preventiva, assim como a sentença condenatória.
- (D) A prisão temporária nunca poderá exceder o prazo de cinco dias, prorrogável por mais cinco.
- (E) A suspensão do processo por força da revelia autoriza, por si só, a decretação da prisão preventiva.

**50**

O Código de Processo Penal prevê nos Arts. 513/518 um procedimento especial para os crimes de responsabilidade praticados por funcionários públicos.

Com relação a esse procedimento é correto afirmar que

- (A) a primeira manifestação do acusado no processo é feita após o recebimento da denúncia ou queixa.
- (B) o procedimento especial será aplicável aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração, desde que estes sejam inafiançáveis;
- (C) de acordo com entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, é desnecessária a resposta preliminar quando a ação penal for instruída por inquérito policial.
- (D) se o crime praticado por funcionário público for de peculato doloso, o procedimento especial não será aplicável;
- (E) se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do Juiz, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá acompanhar o processo, mas não terá atribuição para apresentar resposta preliminar.

**51**

Nos processos da competência do júri, o Juiz, encerrada a primeira fase, poderá desclassificar o crime para outro da competência do Juiz singular, pronunciar o réu, absolvê-lo desde já ou impronunciá-lo.

Da decisão que impronunciar o réu caberá o seguinte recurso:

- (A) apelação no prazo de 08 dias.
- (B) recurso em Sentido Estrito no prazo de 05 dias.
- (C) apelação no prazo de 15 dias.
- (D) recurso em Sentido Estrito no prazo de 02 dias.
- (E) apelação no prazo de 05 dias.

**52**

As ações penais tradicionalmente são classificadas como públicas incondicionadas, públicas condicionadas à representação e privadas.

Sobre a representação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ação penal pública condicionada à representação é de titularidade do ofendido. Nada impede, contudo, que a representação seja oferecida por procurador.
- II. O Supremo Tribunal Federal entende que a representação é peça sem rigor formal, que pode ser apresentada oralmente ou por escrito, tanto na delegacia, quanto perante o magistrado ou membro do Ministério Público.
- III. A representação é condição de procedibilidade para que se possa instaurar persecução penal em crime de ação penal pública condicionada. De acordo com o Código de Processo Penal, ela pode ser oferecida pessoalmente ou por procurador com poderes gerais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**53**

O princípio da duração razoável do processo está previsto na carta magna, devendo o Juiz zelar no sentido de que a pretensão punitiva seja decidida dentro de um prazo razoável.

Nesta linha, segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O eventual excesso de prazo da prisão cautelar deve ser analisado de acordo com a razoabilidade, sendo permitido ao juízo, em hipóteses excepcionais, diante das peculiaridades da causa, a extrapolação dos prazos previstos na lei processual penal, não podendo o excesso decorrer de mero cálculo aritmético.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que eventual excesso de prazo no julgamento do recurso de apelação deve ser aferido em face da quantidade da pena imposta na sentença condenatória.
- (C) Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo da prisão cautelar.
- (D) Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução provocado pela defesa.
- (E) Não é possível o reconhecimento do excesso de prazo e o constrangimento ilegal após o acusado ter sido pronunciado.

**54**

A interceptação de comunicações telefônicas observará o disposto na Lei n. 9.296/96.

A esse respeito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A interceptação dependerá de ordem do Juiz competente da ação principal, podendo ser determinada de ofício, ou a requerimento da autoridade policial ou do representante do Ministério Público.
- (B) A interceptação deve concretizar-se em segredo de justiça, podendo ser determinada durante as investigações ou durante o processo penal.
- (C) Não será permitida a interceptação para se apurar crime apenado com detenção.
- (D) Quando for possível ser a prova feita por outros meios disponíveis, a interceptação não pode ser deferida.
- (E) Segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, o prazo da interceptação não poderá exceder de 15 dias, sendo permitida uma única renovação por igual prazo.

**55**

No que tange à valoração da prova, o Direito Processual brasileiro adota o sistema do livre convencimento motivado.

Sobre o *direito probatório*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Apesar da crítica doutrinária, o CPP permite que o Juiz determine a produção de diligências de ofício para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- II. Ao suspender o processo e o prazo prescricional pelo não comparecimento do acusado citado por edital e nem de seu advogado, poderá o magistrado determinar a produção antecipada de prova com fundamento exclusivo no decurso de tempo.
- III. Desde a reforma do Código de Processo Penal realizada pela Lei n. 11.690/2008, a oitiva de testemunhas no procedimento ordinário passou a ser feita pelo sistema *cross examination*, ou seja, primeiro as partes devem formular as perguntas, cabendo ao magistrado a sua complementação. De acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a inversão dessa ordem configura hipótese de nulidade relativa.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**56**

Sobre a aplicação da Lei Processual Penal, é correto afirmar que

- (A) no Brasil, adota-se integralmente o princípio da irretroatividade da lei processual penal, que impede que as inovações na norma processual penal sejam aplicadas de imediato para fatos praticados antes de sua entrada em vigor.
- (B) ela admitirá interpretação extensiva e o suplemento de princípios gerais do direito, mas não a aplicação analógica.
- (C) o processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, não havendo qualquer ressalva prevista neste diploma.
- (D) as normas previstas no Código de Processo Penal de natureza híbrida, ou seja, com conteúdo de direito processual e de direito material, devem respeitar o princípio que veda a aplicação retroativa da lei penal, quando seu conteúdo for prejudicial ao réu.
- (E) ela admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.

## Direito Constitucional

57

Com relação ao *federalismo*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Estados e o Distrito Federal estão autorizados a criar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, mediante lei complementar estadual, com fundamento no Art. 25, § 3º, da Constituição Federal, caso em que passarão a titularizar as funções públicas de interesse comum.
- (B) No exercício da competência legislativa concorrente, prevista no Art. 24 da Constituição Federal, a União Federal limitar-se-á a editar normas gerais. No vácuo normativo, os Estados e o Distrito Federal têm plena liberdade para legislar. Com a superveniência de norma federal, consideram-se revogadas as disposições com ela incompatíveis.
- (C) O procedimento destinado a viabilizar, nas hipóteses de descumprimento de ordem ou de sentença judiciais (CF, Art. 34, VI, e Art. 35, IV), a efetivação do ato de intervenção – trate-se de intervenção federal nos Estados-membros, cuide-se de intervenção estadual nos Municípios – reveste-se de caráter político-administrativo, muito embora instaurado perante órgão competente do Poder Judiciário (CF, Art. 36, II, e Art. 35, IV), circunstância que inviabiliza, ante a ausência de causa, a utilização do recurso extraordinário.
- (D) A autonomia federativa caracteriza-se pelas prerrogativas de autogoverno, auto-organização e auto-administração. Por não serem dotados de poder constituinte derivado decorrente, os municípios somente são titulares da primeira e da última prerrogativas.
- (E) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação de leis estaduais, posteriormente ratificadas por referendo, que deverá ser convocado pelo Congresso Nacional, por lei complementar.

58

Com relação aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O prefeito municipal, eleito por duas vezes consecutivas em um determinado Município, pode candidatar-se, na eleição seguinte, ao cargo de Prefeito de outro Município, Governador do Estado ou à Presidência da República, desde que respeitado o prazo de desincompatibilização de seis meses.
- (B) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no Art. 14, § 7º, da Constituição Federal de 1988.
- (C) O princípio da anterioridade eleitoral, que veda a aplicação de lei que alterar o processo eleitoral que ocorra até um ano após a data da vigência, é considerado cláusula pétrea, aplicando-se inclusive às emendas constitucionais.
- (D) Dentre as inovações da Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), está a inelegibilidade dos membros do Executivo e do Legislativo que renunciarem aos seus mandatos após o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição ou da Lei Orgânica (Distrital ou Municipal).
- (E) No modelo adotado pela Constituição Federal de 1988, o voto se caracteriza por ser direto, igual para todos, periódico, livre e personalíssimo, sendo vedado aos menores de 16 anos e aos conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

59

Em decorrência do *Princípio da Simetria*, tal como concebido pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) As constituições estaduais podem conferir por meio de seus textos originários, direitos aos servidores estaduais para além dos atribuídos pela Constituição Federal aos servidores federais.
- (B) As constituições estaduais podem, ainda que em preceito proveniente de emenda constitucional apresentada por mais de um terço dos deputados estaduais, conferir direitos aos servidores estaduais para além dos atribuídos pela Constituição Federal aos servidores federais.
- (C) As leis estaduais podem conferir direitos aos servidores estaduais para além dos atribuídos pela legislação federal aos servidores federais, exigindo-se, porém, que o respectivo processo legislativo tenha sido deflagrado por iniciativa do Governador do Estado.
- (D) As leis estaduais podem conferir direitos aos servidores estaduais para além dos atribuídos pela legislação federal aos servidores federais, bastando, para tanto, que tenham sido sancionados pelo Chefe do Executivo estadual.
- (E) As leis municipais não podem conferir aos servidores municipais direitos que não sejam análogos aos que a Legislação Federal confere aos servidores federais.

60

Com relação aos *remédios constitucionais* e ao *controle abstrato de constitucionalidade do direito municipal*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Admite-se a impetração de mandado de segurança coletivo para a salvaguarda de direitos, ante a previsão expressa do Art. 5º, inciso LXX, da Constituição Federal de 1988, mas não a de mandado de injunção coletivo, haja vista a inexistência de idêntica previsão constitucional.
- (B) A reclamação constitucional é instrumento voltado exclusivamente a sanar a inobservância das decisões do Supremo Tribunal Federal, em processos subjetivos ou objetivos, havendo sido criado por norma regimental e posteriormente incluído no Art. 102, inciso I, alínea "I", do texto originário da Constituição Federal de 1988.
- (C) Na representação de inconstitucionalidade julgada por Tribunal de Justiça Estadual, é cabível a interposição de recurso extraordinário quando a norma invocada como parâmetro da Constituição Estadual constituir repetição obrigatória de norma da Constituição Federal.
- (D) O *habeas data* pode ser empregado por qualquer cidadão para a obtenção de dados relativos à remuneração de servidores públicos, consoante admite a Lei n. 12.527/11, que regula o acesso a informações.
- (E) O mandado de injunção viabiliza o exercício de direito ou liberdade constitucional ou prerrogativas alusivas à nacionalidade, à soberania e à cidadania, quando há omissão legislativa ou concretização deficiente pelo legislador.

**61**

Com relação aos *direitos e deveres individuais, coletivos e sociais* previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O direito constitucional ao sigilo fiscal, telefônico e bancário é inoponível às Comissões Parlamentares de Inquéritos, as quais podem solicitar as informações diretamente aos órgãos públicos ou privados responsáveis por mantê-las e, ainda, a busca a apreensão domiciliar, desde que o faça por decisão motivada.
- (B) No direito brasileiro prevalece a teoria da eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais sobre as relações privadas, da qual é exemplo a incidência da cláusula do devido processo legal no procedimento de exclusão de associado, no âmbito de associações privadas, por decorrência de conduta contrária aos estatutos.
- (C) Embora a Constituição proclame a absoluta igualdade entre homem e mulher, as distinções fundadas em critérios razoáveis são admissíveis. Com tal fundamento pode-se afirmar a constitucionalidade da existência de critérios diferenciados para a promoção de homens e mulheres na carreira militar.
- (D) A liberdade de atividade profissional encontra-se sob reserva legal qualificada, consoante Art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988, sendo assim, as eventuais restrições criadas pelo legislador devem estar vinculadas ao fim estampado no texto constitucional, qual seja, as qualificações profissionais estritamente necessárias ao exercício da profissão.
- (E) Com fundamento nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal de 1988, é possível afirmar a existência de direito subjetivo público a prestações de saúde, oponível a todos os entes federativos de modo solidário, bem como de um dever de formulação e execução de políticas públicas, implementadas por meio do sistema único, que observará, como diretrizes, a descentralização, o atendimento integral e a participação da comunidade.

**62**

Com relação ao *princípio da separação de poderes*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos projetos de leis submetidos à iniciativa exclusiva do Presidente da República, a apresentação de emendas deve guardar pertinência com o objeto do projeto de lei apresentado, sob pena de usurpação indireta da iniciativa atribuída com exclusividade.
- (B) O Conselho Nacional do Ministério Público tem atribuição para revisar e instaurar processos disciplinares contra servidores dos órgãos estaduais e federais, além dos membros das respectivas carreiras.
- (C) Junto ao Tribunal de Contas da União atua um Ministério Público especializado, com membros nomeados pelo Presidente da República após concurso público específico de provas e títulos, dotado de fisionomia institucional própria, submetido exclusivamente ao Procurador-Geral da República.
- (D) Cabe ao chefe do Poder Executivo incluir a proposta encaminhada pelo Poder Judiciário no projeto de lei orçamentária anual, sendo-lhe vedado promover nela qualquer alteração.
- (E) No exercício do poder disciplinar, a atuação do Conselho Nacional de Justiça tem natureza subsidiária às corregedorias locais, sendo que somente poderá instaurar ou avocar processos nos casos em que houver demonstração de inércia injustificada, impedimento ou suspeição das autoridades responsáveis pela condução do procedimento.

**63**

A respeito dos *métodos de aplicação e interpretação da Constituição*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A ponderação consiste na técnica jurídica de solução de conflitos normativos que envolvem valores ou opções políticas em tensão, insuperáveis pelas formas hermenêuticas tradicionais.
- (B) A interpretação conforme a Constituição é uma técnica aplicável quando, entre interpretações plausíveis e alternativas de certo enunciado normativo, exista alguma que permita compatibilizá-la com a Constituição.
- (C) O princípio da concordância prática consiste numa recomendação para que o aplicador das normas constitucionais, em se deparando com situações de concorrência entre bens constitucionalmente protegidos, adote a solução que otimize a realização de todos eles, mas ao mesmo tempo não acarrete a negação de nenhum.
- (D) A aplicação do princípio da proporcionalidade esgota-se em duas etapas: a primeira, denominada “necessidade ou exigibilidade”, que impõe a verificação da inexistência do meio menos gravoso para o atingimento dos fins visados pela norma jurídica, e a segunda, chamada “proporcionalidade em sentido estrito”, que é a ponderação entre o ônus imposto e o benefício trazido, para constatar se é justificável a interferência na esfera dos direitos dos cidadãos.
- (E) O princípio da eficácia integradora orienta o intérprete a dar preferência aos critérios e pontos de vista que favoreçam a integração social e a unidade política, ao fundamento de que toda Constituição necessita produzir e manter a coesão sociopolítica, pré-requisito de viabilidade de qualquer sistema jurídico.

**64**

No tocante aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- (A) privação ou restrição de liberdade, perda de bens e banimento.
- (B) multa, prestação social alternativa e interdição de direitos.
- (C) multa, interdição de direitos e trabalhos forçados.
- (D) suspensão de direitos, banimento e privação de liberdade.
- (E) privação de liberdade, trabalhos forçados e prestação social alternativa.

## Direito Eleitoral

**65**

Sobre o tema *prestação de contas de campanha*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à Receita Federal verificar a regularidade das contas de campanha, decidindo pela sua aprovação ou por sua desaprovação.
- II. A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos será publicada após a diplomação.
- III. Erros formais ou materiais irrelevantes no conjunto da prestação de contas, que não comprometem seu resultado, não acarretarão a rejeição das contas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**66**

Com relação ao tema *ação de impugnação de registro de candidatura*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A impugnação do pedido de registro de candidatura por parte do partido político impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.
- II. Não poderá impugnar o registro de candidato, o representante do Ministério Público que, nos quatro anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.
- III. Caberá exclusivamente a qualquer candidato ou ao Ministério Público impugnar o pedido de registro de candidatura.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**67**

Com relação ao tema *voto*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O voto é pessoal, obrigatório para aqueles que tenham entre 18 anos até 70 anos de idade, facultativo para os analfabetos, secreto, direto, periódico, igual e livre.
- II. O voto é pessoal, obrigatório para aqueles que tenham entre 18 anos e 70 anos de idade, facultativo para os analfabetos, secreto, direto, universal, igual e livre.
- III. O voto é pessoal, obrigatório para aqueles que tenham entre 18 anos e 70 anos de idade, facultativo para os analfabetos, secreto, direto, restrito, igual e livre.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**68**

Com relação ao tema *propaganda eleitoral*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral será exercido pelo Ministério Público, nos termos do Art. 41, §1º, da Lei n. 9.504/97.
- II. A realização de qualquer ato de propaganda eleitoral em recinto aberto depende de licença da polícia, conforme o disposto no Art. 39, *caput*, da Lei n. 9.504/97.
- III. A propaganda eleitoral veiculada pela distribuição de folhetos e outros impressos independe da obtenção de licença municipal e da autorização da Justiça Eleitoral de acordo com o Art. 38, *caput*, da Lei n. 9.504/97.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## Legislação do Estado do Amazonas

**69**

Sobre as *atribuições administrativas* do órgão pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, segundo a Lei Complementar Estadual n. 17/1.997, assinale a afirmativa correta.

- (A) É de sua competência processar e julgar, nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, os Juízes Estaduais, os membros do Ministério Público e os Prefeitos Municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (B) É de sua competência processar e julgar representação contra Juízes, inclusive na hipótese prevista no Art. 198 do Código de Processo Civil.
- (C) É de sua competência conhecer e julgar os recursos de sentença em juízo arbitral.
- (D) É de sua competência reexaminar, em grau de recurso, decisão do Juiz da Infância e da Juventude.
- (E) É de sua competência determinar a instalação de órgãos do Tribunal de Justiça, de Comarcas, de Varas, de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e de Ofícios de Justiça.

**70**

Sobre os *deveres e as vedações* aos magistrados, estabelecidos na Lei Complementar Estadual n. 17/97, analise as afirmativas a seguir.

- I. O magistrado deve exercer permanente fiscalização sobre os servidores subordinados especialmente no que se refere à cobrança de custas, emolumentos e despesas processuais, mesmo que não haja reclamação dos interessados.
- II. É vedado ao magistrado abster-se de julgar a pretexto de lacuna ou obscuridade da Lei, bem como da falta de provas, cumprindo-lhe, quando autorizado a decidir por equidade, aplicar a norma que estabelecerá se fosse legislador.
- III. O magistrado não pode manifestar opinião, por qualquer meio de comunicação, sobre o processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou decisões de órgãos judiciais, inclusive em obras técnicas ou no exercício do magistério.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## Direito Empresarial

71

Em relação aos *institutos da recuperação judicial e da extrajudicial*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Contra a sentença que conceder a recuperação judicial caberá apelação, sem efeito suspensivo, podendo ser interposto por qualquer credor e pelo Ministério Público.
- (B) Caso o plano de recuperação judicial preveja a supressão da garantia real outorgada a um credor, a eficácia dessa cláusula somente será admitida mediante aprovação unânime da classe dos credores com garantia real.
- (C) Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
- (D) O devedor pode negociar um plano de recuperação extrajudicial com os credores com garantia trabalhista, garantia real, quirografário e subordinado.
- (E) Os credores, após a distribuição do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, jamais poderão desistir da adesão ao plano, salvo com a anuência expressa de 3/5 dos demais signatários.

72

A proteção à propriedade industrial é um fator considerado essencial para o desenvolvimento da economia de um país, devendo ser incentivada a criação intelectual e garantido, ao seu titular, o direito à exclusividade para exploração econômica. Nesse contexto, acerca do *direito de propriedade intelectual*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei n. 9.279/96 considera, como requisitos de patenteabilidade, a novidade, a atividade inventiva e a aplicação industrial.
- II. A Lei n. 9.279/96 estabelece como objetivo de desenvolvimento à criação intelectual a proteção à marca, ao desenho industrial, ao modelo de utilidade e à invenção, além de reprimir as falsas indicações geográficas e a concorrência desleal.
- III. Nos termos da Lei n. 9.279/96, apenas o titular da marca poderá licenciar seu uso ou zelar pela sua integridade material ou reputação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

73

O empresário pode se valer de diversos contratos para exploração da empresa.

Em relação aos *contratos empresariais*, assinale a afirmativa correta.

- (A) No contrato de franquia empresarial, de acordo com a Lei n. 8.955/1994, o franqueador deve entregar a Circular de Oferta de Franquia ao candidato a ingressar na rede, com 30 dias de antecedência à assinatura do contrato, mas a ausência de cumprimento desta regra não é suficiente para a declaração de anulabilidade da relação contratual.
- (B) No contrato de representação comercial é vedada a inclusão de cláusulas *del credere*.
- (C) No contrato de comissão mercantil será admitida a inclusão da cláusula *del credere* e, nesse caso, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido, sendo abusiva disposição contratual em contrário.
- (D) No contrato de alienação fiduciária regido pelo Decreto-Lei n. 911/1969, após apreensão e venda do bem objeto do contrato, o credor fiduciário não poderá cobrar eventual saldo remanescente em processo monitorio, pois o contrato de alienação fiduciária é considerado um título executivo.
- (E) No contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), caso haja cláusula resolutiva expressa, não será necessária a notificação prévia do arrendatário para constituir-lo em mora.

74

Em relação ao *Instituto da Falência*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O titular de debêntures subordinadas emitidas pela sociedade anônima falida, conforme estabelecido pela lei de falências, é considerado credor quirografário.
- (B) Os créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência, independentemente do valor, serão considerados extraconcursais e, por consequência, pagos com precedência sobre os mencionados no Art. 83 da Lei n. 11.101/05.
- (C) O falido poderá intentar todas as ações possíveis, em nome da massa falida, para conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados e intervir nos processos em que a massa falida seja parte ou interessada, requerendo o que for de direito e interpondo os recursos cabíveis.
- (D) São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores, os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados durante o termo legal da falência.
- (E) Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, serão pagos logo após os créditos extraconcursais.

**75**

De acordo com o Direito Empresarial, disciplinado pelo Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aquele que explora atividade intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores, é considerado empresário, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- (B) O analfabeto pode se inscrever como empresário individual no Registro Público de Empresas Mercantis, mediante outorga de uma procuração, por instrumento público ou particular.
- (C) Ocorrendo o trespasse do estabelecimento empresarial, o adquirente será considerado responsável solidário pelas obrigações anteriores regularmente contabilizadas, pelo prazo de 01 (um) ano, contado do vencimento da dívida.
- (D) O nome empresarial é um dos elementos incorpóreos integrantes do estabelecimento empresarial, mas não pode ser objeto de alienação.
- (E) A sociedade limitada que tem por objeto a criação de cabeças de gado para corte, pode ter os seus atos constitutivos registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

**76**

Com relação ao *Direito Societário*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sociedade comum é uma espécie de sociedade despersonalizada, cujos sócios respondem de forma ilimitada e solidária pelas obrigações sociais, e o sócio que contratou pela sociedade não pode se valer do benefício de ordem.
- (B) A subsidiária integral, considerada como exceção à regra da pluralidade dos sócios exigida para a constituição de uma sociedade, é sempre uma sociedade anônima unipessoal, cujo único sócio é uma pessoa natural ou jurídica brasileira.
- (C) A transformação de uma sociedade limitada depende de aprovação de 3/4 do capital social, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade mediante alteração do contrato social.
- (D) As ações são espécies de valores mobiliários e, nos termos da Lei n. 6.404/1976, conferirá ao seu titular a condição de sócio, incluindo os direitos essenciais concernentes ao voto, retirada, participação nos lucros e no acervo da companhia em caso de dissolução.
- (E) A sociedade em conta de participação é considerada uma espécie de sociedade irregular, mas o sócio participante possui responsabilidade limitada à integralização de sua parte no capital social.

**77**

O *Direito Cambiário* dispõe sobre as relações de créditos empresariais. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O cheque é sempre uma ordem de pagamento à vista e, por isso, não será admitido o aval.
- (B) Ao receber um cheque para pagamento, é responsabilidade de a instituição financeira analisar a autenticidade das assinaturas dos participantes da cadeia cambiária, sob pena de responsabilidade civil em caso de assinatura falsa.
- (C) na Duplicata, a instituição financeira endossatária do título por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário.
- (D) em relação à nota promissória, é permitido o aval, mas a Lei Uniforme de Genebra não admite a limitação de responsabilidade do avalista, pois não é autorizado o denominado benefício de ordem.
- (E) a Letra de Câmbio é uma ordem de pagamento dada pelo sacador ao sacado, para que este pague uma determinada quantia em dinheiro ao beneficiário. Enquanto não houver o aceite do sacado, o título de crédito em questão não terá força executiva.

## Direito Tributário

**78**

O Supremo Tribunal Federal já julgou hipótese em que uma Emenda Constitucional (a EC nº 3) autorizou a instituição, por meio de lei complementar, de um novo tributo (diverso daqueles até então previstos na Constituição da República de 1988). A mesma Emenda Constitucional dispôs que o novo tributo não estaria sujeito ao princípio da anterioridade.

Sobre este caso, assinale a alternativa que melhor retrata a decisão do STF.

- (A) O novo tributo é integralmente inconstitucional, por não observar as regras que a própria Constituição prevê para a criação de novos tributos.
- (B) O novo tributo é integralmente inconstitucional, por ter base de cálculo e fato gerador coincidente com o de outros tributos já previstos na Constituição.
- (C) O novo tributo é integralmente inconstitucional, ante a previsão de que poderia ser instituído por lei complementar, e não por lei ordinária.
- (D) O novo tributo é constitucional, mas está sujeito à observância do princípio da anterioridade, que, como garantia individual, não poderia ser afastado sequer por Emenda Constitucional.
- (E) O novo tributo é integralmente constitucional, pois instituído por Emenda à própria Constituição, não ferindo as matérias insuscetíveis de mudança sequer por Emenda Constitucional.

**79**

Na partilha de patrimônio comum entre os irmãos Joaquim e Renato, constituído de dois imóveis (um no valor de R\$ 600.000,00 e outro no valor de R\$ 1.000.000,00), três cenários se desenham:

- I. No primeiro deles, Joaquim fica com o imóvel de valor menor, cabendo a Renato o imóvel de maior valor, sem qualquer tipo de compensação de Renato em favor de Joaquim;
- II. No segundo cenário, observada a mesma divisão de imóveis, Renato compensa Joaquim com a diferença em dinheiro equivalente à partilha igualitária do patrimônio comum, pagando-lhe R\$ 200.000,00;
- III. No terceiro cenário Renato adquire integralmente a parte de Joaquim no patrimônio comum, pagando-lhe R\$ 800.000,00.

Com relação aos cenários apresentados, assinale a afirmativa verdadeira.

- (A) No cenário (I) será devido tributo ao Município, sobre a doação de R\$ 400.000,00.
- (B) No cenário (II) será devido tributo ao Município, sobre a transmissão de imóveis por ato *intervivos*, no valor do imóvel que ficou exclusivamente no domínio de Renato (R\$ 1.000.000,00).
- (C) No cenário (III) será devido tributo ao Estado, sobre a transmissão de imóveis por ato *inter vivos*, no valor de R\$ 800.000,00.
- (D) No cenário (II) será devido tributo ao Estado, sobre a transmissão de imóveis por ato *inter vivos*, no valor pago por Renato a Joaquim (R\$ 200.000,00).
- (E) No cenário (I) será devido tributo ao Estado, sobre a doação de R\$ 200.000,00.



**80**

O contribuinte realiza o fato gerador de ICMS em 01.03.2004. Em março de 2008 a fiscalização, percebendo que o contribuinte não havia declarado nem recolhido o tributo, promove a autuação fiscal. No mesmo mês (março/2008) o contribuinte promove a impugnação administrativa da exigência fiscal. Em março de 2012 sobrevém a decisão administrativa definitiva (assim entendida a decisão insuscetível de novo recurso do contribuinte na fase administrativa).

Permanecendo inadimplido o crédito fiscal, a Fazenda Pública ajuíza, em março de 2013, a competente Execução Fiscal, à qual o contribuinte opõe Embargos de Devedor alegando a extinção do crédito por força da decadência e/ou da prescrição.

Diante do exposto, o magistrado incumbido de solucionar a causa deverá

- (A) acolher o argumento de decadência do direito da Fazenda constituir o crédito tributário, ante o decurso de oito anos entre o fato gerador e a decisão administrativa definitiva.
- (B) acolher o argumento de prescrição do direito da Fazenda ajuizar a Execução Fiscal, ante o decurso de nove anos entre o fato gerador e o ajuizamento da Execução Fiscal.
- (C) acolher tanto o argumento da decadência quanto o argumento da prescrição.
- (D) acolher o argumento da Fazenda, na impugnação aos Embargos de Devedor, no sentido de que não se consumou nem a decadência nem a prescrição.
- (E) acolher o argumento de prescrição do direito da Fazenda constituir o crédito tributário, ante o decurso de oito anos entre o fato gerador e a decisão administrativa definitiva.

**81**

A Constituição da República prevê que “*cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes*” (Art. 146, inciso III, alínea a).

O Estado do Amazonas institui, por meio de Lei Complementar, uma determinada taxa, cujo percentual vem a ser, depois, majorado por Lei Ordinária, que expressamente observa o princípio da anterioridade (tanto em relação ao exercício financeiro quanto ao decurso do prazo mínimo de 90 dias).

Assinale a alternativa que é consentânea com o entendimento do STF sobre o assunto.

- (A) A lei ordinária é válida, pois alterou lei complementar cuja eficácia era de lei ordinária, por versar tema não reservado à lei complementar.
- (B) A lei ordinária é inconstitucional por contrariar lei complementar.
- (C) Ambas as leis são inconstitucionais porque o Estado não pode instituir taxa.
- (D) A lei complementar é inconstitucional por usurpar competência de lei ordinária, e por isso não produziu qualquer efeito.
- (E) A lei ordinária poderia aumentar a taxa, mas só depois da revogação da lei complementar.

**82**

A Constituição da República prevê, em seu art. 145, que “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas*”. Isso significa que

- (A) estas são as únicas espécies tributárias admitidas pela Constituição.
- (B) estas são as únicas espécies tributárias admitidas pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) estas são as espécies tributárias que podem ser instituídas tanto pela União quanto pelos Estados/DF e Municípios, sem prejuízo de outras previstas na própria Constituição da República.
- (D) estas são as espécies tributárias que podem ser instituídas tanto pela União quanto pelos Estados/DF e Municípios, sem prejuízo de outras previstas na Constituição dos Estados ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.
- (E) os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais não têm natureza tributária.

**83**

Assinale a alternativa que melhor sintetiza as distinções entre as espécies tributárias indicadas.

- (A) O *imposto* pressupõe um ato do Poder Público, assim como a *taxa*, sendo distintos os fatos geradores dos dois tributos, mas não as bases de cálculo.
- (B) O *imposto* pressupõe um ato do contribuinte, assim como a *taxa*, sendo distintas as bases de cálculo, mas não os fatos geradores.
- (C) O *imposto* pressupõe um ato do Poder Público, assim como a *taxa*, sendo distintas as bases de cálculo dos dois tributos, mas não os fatos geradores.
- (D) O *imposto* pressupõe um ato do contribuinte, assim como a *taxa*, sendo distintos os fatos geradores dos dois tributos, mas não as bases de cálculo.
- (E) O *imposto* pressupõe um ato do contribuinte e a *taxa* pressupõe um ato do Poder Público, sendo distintos os fatos geradores e as bases de cálculo dos dois tributos.

## Direito Ambiental

**84**

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, em acórdão unânime relatado pelo Ministro Antonio Herman Benjamin, asseverou que “*Não mais se admite, nem se justifica, que para produzir ferro e aço a indústria brasileira condene as gerações futuras a uma herança de externalidades ambientais negativas, rastros ecologicamente perversos de uma atividade empresarial que, por infeliz escolha própria, mancha sua reputação e memória, ao exportar qualidade, apropriar-se dos benefícios econômicos e, em contrapartida, literalmente queimar, nos seus fornos, nossas florestas e bosques, que, nas fagulhas expelidas pelas chaminés, se vão irreversivelmente.*”

Assinale a alternativa que indica o *princípio geral do direito ambiental* violado no trecho transcrito.

- (A) Desenvolvimento sustentável.
- (B) Poluidor-pagador.
- (C) Informação.
- (D) Participação.
- (E) Prevenção.

**85**

Com relação à *responsabilidade civil ambiental*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A solidariedade existente entre os vários causadores do dano ambiental, por atender ao princípio da reparação integral do dano, deixa o proprietário imobiliário, adquirente de boa fé, a salvo da obrigação de reparar o dano ambiental.
- (B) A obrigação de reparação do dano ambiental é *propter rem*, sem prejuízo da solidariedade entre os vários causadores do dano.
- (C) A licença ambiental dispensa o empreendedor da obrigação de reparar o dano ao meio ambiente relativamente à atividade licenciada.
- (D) A responsabilidade civil subjetiva é aplicável aos danos ambientais quando não decorrentes de atividades que abrangem os conceitos legais de poluição e poluidor.
- (E) A reparação do dano moral ambiental coletivo afasta a obrigação de reparar o dano moral ambiental individual.

**86**

A respeito da Lei n. 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação constitui objetivo da lei.
- (B) A recuperação restitui um ecossistema ou uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.
- (C) A permanência de populações tradicionais que habitavam um parque nacional, quando de sua criação, é admitida, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.
- (D) As unidades de conservação só podem ser geridas por órgãos integrantes da administração pública direta ou por instituições que façam parte da administração pública indireta, com a participação efetiva da sociedade civil.
- (E) A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

**87**

As alternativas a seguir apresentam objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Restaurar os recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, contribuindo para a manutenção do equilíbrio ecológico.
- (B) Promover o conhecimento ambiental, mediante o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias orientadas para o uso racional de recursos ambientais.
- (C) Impor contribuição aos usuários dos recursos ambientais com fins econômicos.
- (D) Garantir a preponderância da preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico quando em confronto com os interesses econômicos.
- (E) Estabelecer critérios, padrões e normas de qualidade e de manejo de recursos ambientais.

**88**

Um município turístico brasileiro, para fins de embelezamento da cidade, sem qualquer procedimento prévio e sem conhecer as consequências ambientais, decide instalar potente sistema de iluminação noturna direcionado à popular formação rochosa situada em parque florestal municipal urbano. O Ministério Público, por entender que a luminosidade excessiva alterava as condições ambientais, com potencialidade de interferir negativamente na flora e na fauna locais, ingressou com ação civil pública ambiental, postulando liminar para cessar imediatamente a iluminação.

Com relação aos fundamentos aplicáveis para a concessão da liminar postulada, analise as afirmativas a seguir.

- I. O desconhecimento do potencial lesivo ao meio ambiente impõe, com base no princípio da precaução, o dever de abstenção.
- II. A instalação pode ser considerada causadora de impacto ambiental, por implicar em potencial alteração das propriedades biológicas do meio ambiente e afetar direta ou indiretamente a biota.
- III. Necessidade de zelar pela sustentabilidade, de modo a não comprometer os recursos ambientais ou impedir que deles usufruam as futuras gerações.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**89**

Com relação à Lei n. 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A perícia de constatação do dano ambiental produzida no inquérito civil ou no juízo cível poderá ser aproveitada no processo penal, instaurando-se o contraditório.
- (B) A captura não autorizada do peixe-boi, espécie ameaçada de extinção no Brasil, faz incidir as penas do parágrafo único, inciso I, do art. 34 da Lei n. 9.605/98.
- (C) Os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA ficam autorizados a celebrar termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.
- (D) A proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos constituem penas de interdição temporária de direito aplicáveis aos crimes contra o meio ambiente.
- (E) Verificada a infração, os animais apreendidos serão libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

## Direito Administrativo

90

A CRFB/88 colocou-se como marco do Estado Democrático brasileiro, dando uma nova leitura à legislação que foi por ela recepcionada. Possibilitou a sedimentação de vários princípios administrativos, abrindo caminho para que, hoje, se fale sobre a expectativa legítima, também chamada de proteção à confiança.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A proteção à confiança está intimamente ligada à publicidade, pois é por causa desta, e imediatamente a esta, que se cria uma expectativa legítima a ser defendida.
- (B) A expectativa legítima é um princípio que possui nascente no direito alemão, não sendo aceito pelos tribunais brasileiros por violar o princípio da legalidade.
- (C) A expectativa legítima, a acarretar a necessidade de proteção à confiança criada por uma conduta aparentemente legal da Administração, recebe a chancela do princípio da segurança jurídica e vem sendo aceita pelos tribunais brasileiros.
- (D) A expectativa legítima se prende ao princípio da eficiência, e apenas pode ser chancelada se conveniente e oportuno ao interesse interno da Administração, por meio de um juízo de razoabilidade econômica.
- (E) A expectativa legítima liga-se à ideia de justa indenização no âmbito da desapropriação, como forma de proteção à confiança no cumprimento dos preceitos constitucionais.

91

O Código Civil brasileiro regula, em sua Parte Geral, dentre outras matérias, os bens públicos, procurando identificá-los como bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais.

Assim, ciente desta classificação, assinale a afirmativa correta.

- (A) os bens dominicais são passíveis de aquisição por usucapião, pois não estão afetos à destinação pública.
- (B) são bens públicos tanto aqueles pertencentes à Administração Direta, quanto aqueles que pertençam às pessoas que compõem a Administração Indireta.
- (C) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- (D) os bens públicos, seja qual for a espécie, não são passíveis de alienação, mas podem ser penhorados, quando forem dominicais.
- (E) consideram-se bens de uso comum aqueles que tanto podem ser utilizados pela Administração para um fim específico, como pelo particular, através de concessão ou permissão de uso.

92

Assinale a alternativa que indica as situações que representam caso de extinção dos atos administrativos.

- (A) Prescrição e decadência.
- (B) Conversão e sanatória.
- (C) Reversão e reintegração.
- (D) Revogação e anulação.
- (E) Encampação e rescisão.

93

A única cidade-sede da Copa do Mundo de 2014 na Região Norte, Manaus (AM), também deve enfrentar casos de desapropriação para dar passagem às obras da Copa. Estima-se que mais de 100 imóveis devem ser afetados pelas obras necessárias à construção do monotrilho e do BRT (*Bus Rapid Transit*) que criarão corredores exclusivos para ônibus, no intuito de desafogar o tráfego. No entanto, o Poder Público também verificou que, com a construção do referido monotrilho, alguns imóveis, desnecessários ao desenvolvimento da obra, iriam sofrer uma valorização extraordinária em razão da infraestrutura criada no entorno daquela área. Em razão de tal fato, decidiu incluí-los no decreto de declaração de utilidade pública da referida área, com expressa menção de que tais imóveis seriam destinados à revenda.

Sobre a inclusão dos imóveis que irão sofrer uma valorização extraordinária no decreto expropriatório, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de hipótese de desapropriação por zona, autorizada por lei, e que consiste na inclusão no decreto expropriatório de áreas que, embora não sejam necessárias à obra, se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.
- (B) Trata-se de hipótese de desapropriação indireta, isto é, de apossamento administrativo sem o devido processo legal que, contudo, não autoriza o particular a reivindicar o bem, mas tão somente o pagamento de indenização.
- (C) Trata-se de hipótese de trestinação ilícita, na qual o Poder Público atua em desconformidade com o plano inicialmente previsto no decreto expropriatório e transfere o bem à terceiro, em claro desvio de finalidade.
- (D) Trata-se de hipótese de trestinação lícita, pois nada obstante tenha se dado ao bem desapropriado destino diverso daquele inicialmente planejado, manteve-se o atendimento do interesse público.
- (E) Os proprietários dos imóveis poderão exigir a aplicação do direito de extensão, isto é, que a desapropriação inclua a área remanescente do bem, provando que sua utilização é despida de qualquer valor econômico.

94

O § 6º, do art. 37, da CRFB, é considerado, por muitos, a regra geral, em nosso ordenamento, sobre a responsabilidade civil da Administração Pública.

Sobre esta disposição, assinale a afirmativa correta.

- (A) Regula a responsabilidade civil do Estado quanto aos atos jurisdicionais, impondo o regresso ao magistrado sempre que este venha a agir com culpa.
- (B) Adota a teoria do risco integral, trazendo para o Estado a sua responsabilidade, independentemente da chamada culpa exclusiva da vítima.
- (C) Incide sobre a conduta de concessionárias de serviços públicos, no âmbito de todas as suas atividades, sejam as delegadas ou não.
- (D) Traz a responsabilidade do Estado pelos danos que seus agentes causem, desde que atuem nesta qualidade, não sendo necessário que estejam no exercício de suas atribuições.
- (E) Cuida da responsabilidade civil da Administração Direta e das concessionárias de serviços públicos, não abrangendo as permissionárias de serviços, face ao caráter precário da relação estabelecida com estas.

95

A respeito do Sistema de Registro de Preços, previsto na Lei n. 8.666/93, analise as afirmativas a seguir.

- I. Registro de preços é a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados nos registros dos órgãos públicos ou que atendam a todas as exigências para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- II. O *efeito carona* do sistema de registro de preços consiste na possibilidade de qualquer órgão ou entidade da administração de determinando ente aderir posteriormente a uma ata de Registro de Preços, ainda que não tenha participado da licitação que deu origem a mesma.
- III. Dentre as vantagens do sistema de registro de preços está a desnecessidade de aquisição da totalidade dos bens/serviços estimados na licitação, além de que a contratação ocorrerá apenas quando surgir a necessidade da aquisição dos referidos bens e serviços.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

96

No que concerne à estrutura da Administração Pública, considerando os textos da Constituição da República e da legislação, bem como da jurisprudência referente à matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) Alguns órgãos públicos que embora não possuam personalidade jurídica, mas possuem personalidade judiciária, podem, excepcionalmente, demandar em juízo para defender seus direitos institucionais.
- (B) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações serão criadas somente por lei específica enquanto a instituição de autarquias é autorizada.
- (C) As sociedades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) passam a integrar a Administração Pública indireta após a aquisição da qualificação.
- (D) Todas as empresas estatais, pelo fato de integrarem a Administração Pública Indireta, enquadram-se no conceito de Fazenda Pública, sendo extensíveis às mesmas, todas as prerrogativas inerentes às pessoas jurídicas de direito público.
- (E) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções não se estende às empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, por se tratarem de pessoas jurídicas de direito privado.

## Língua Portuguesa

Leia com atenção o texto a seguir, para responder às quatro questões de Língua Portuguesa:

Ao longo do século XX, a liberdade de expressão se consolidou como um direito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em pleno pós-guerra, em 1948, postula, no artigo 19º, que “todo o indivíduo tem direito a liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. É daí que vem o conceito de direito à comunicação, assim como a valorização e o respeito à diversidade e às minorias. [...]

Uma questão se impõe, contudo: em sociedades plurais e múltiplas, como se propõem a ser as contemporâneas, como definir a fronteira entre a liberdade de expressão e o respeito ao outro? [...]

A legislação é, na opinião de Eugênio Bucci, a dimensão que demarca os limites da liberdade de expressão, já que, em sua concepção, a liberdade deve ser plena. “Se não for plena, não pode ser chamada de liberdade. O limite é dado pela própria responsabilização do autor”, defende. Em outras palavras, se um jornalista – ou um cidadão qualquer – ofende ou calunia outra pessoa, ele deve responder por isso nos termos da lei. “Mas a liberdade não será alterada. O abuso deve ser punido, mas a *posteriori*, sempre e somente a *posteriori*”.

As normas de convívio social são outra via pela qual se pode regular a livre expressão do pensamento, defende a coordenadora do Gemini/UFRN. “A liberdade de expressão, por si só, não garante a equidade e o equilíbrio social em uma sociedade democrática”, afirma Sousa. Assim, de acordo com ela, são as regras de convívio – que surgem em pactos sociais e depois são ratificadas por representantes dos grupos sociais e transformadas em leis – que asseguram a liberdade plena no contexto de uma democracia. Isso porque são elas que promovem a equidade.

Nessa medida, avalia Sousa, não é possível defender liberdade de expressão para comportamentos que diferem dos pactos sociais estabelecidos por determinadas culturas. Então, na prática, não existe liberdade de expressão se não há liberdade de comportamento.

(Adapt. de **AVANCINI, M. M.** Os usos e sentidos da liberdade de expressão na contemporaneidade. *Com ciência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico* – SBPC <http://www.comciencia.br/comciencia>, 10/03/2013)

**97**

A respeito do emprego do vocábulo *contudo* no segundo parágrafo do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na qualidade de conjunção aditiva, seu conteúdo introduz apenas uma informação nova a respeito do direito à liberdade de expressão.
- (B) Como advérbio, modifica o sentido do verbo impor, que acarreta a expansão da liberdade de expressão, não obstante os limites que devem garantir o respeito ao outro.
- (C) Na qualidade de conjunção adversativa, seu conteúdo sinaliza a oposição entre a presença de sociedades múltiplas e o pleno exercício do respeito ao outro.
- (D) Na qualidade de conjunção aditiva, seu conteúdo sinaliza a oposição entre o direito à liberdade de expressão e os limites dessa liberdade que garantam o respeito ao outro.
- (E) Na qualidade de conjunção adversativa, seu conteúdo sinaliza a oposição entre o direito à liberdade de expressão e os limites dessa liberdade que garantam o respeito ao outro.

**98**

Considerando as opiniões reportadas no texto, assinale a alternativa que contém duas vias de regulação da liberdade de expressão.

- (A) *A legislação* e as normas de convívio social.
- (B) *O respeito ao outro* e a *democracia*.
- (C) *Os valores culturais* e as *normas de convívio social*.
- (D) *A legislação* e a *democracia*.
- (E) *O equilíbrio social* e o *respeito à diversidade*.

**99**

*Assim, de acordo com ela, são as regras de convívio – que surgem em pactos sociais e depois são ratificadas por representantes dos grupos sociais e transformadas em leis – que asseguram a liberdade plena no contexto de uma democracia. Isso porque são elas que promovem a equidade.* (L. 29-34)

Assinale a alternativa que apresenta a função dos travessões empregados no fragmento acima.

- (A) Introduzir discurso direto, indicando a mudança de turno.
- (B) Apresentar conteúdo que exemplifica o termo antecedente.
- (C) Apresentar o argumento que constitui a unidade sintática principal do período.
- (D) Isolar informação que constitui explicação adicional sobre o termo antecedente.
- (E) Marcar a aceleração da voz na entoação esperada para as orações restritivas separadas.

**100**

Levando em conta as ideias apresentadas na conclusão do texto, assinale alternativa que melhor expressa o conteúdo proposto.

- (A) A relação entre liberdade de comportamento e liberdade de expressão é de independência, de modo que afetar a primeira não acarreta afetar a segunda.
- (B) A relação entre liberdade de comportamento e liberdade de expressão é de condicionalidade, de modo que negar a primeira implica negar a segunda.
- (C) A relação entre liberdade de comportamento e liberdade de expressão é de adversidade, de modo que o comportamento da primeira contradiz o da segunda.
- (D) A relação entre liberdade de comportamento e liberdade de expressão é de total interdependência, de modo que afetar a primeira sempre implica afetar a segunda e vice-versa.
- (E) A relação entre liberdade de comportamento e liberdade de expressão é de completa proporcionalidade, de modo que ambas se instalam em etapas simultâneas.





Realização

